

# EDITORIAL

*GEOgraphia* em seu 29º número aborda temas de grande relevância no debate geográfico contemporâneo, como o Estado plurinacional, o conceito de território, a formação da “fronteira” e os processos de arenização frente à silvicultura. Como de hábito, recebemos contribuições de pesquisadores estrangeiros (um economista equatoriano) e de vários estados brasileiros (Bahia, Acre, Rio Grande do Sul, São Paulo).

Nosso artigo de abertura é “La pluralidad del Estado y las aporias del liberalismo”, do economista equatoriano Pablo Dávalos, que questiona a “pretensão política” por trás da polêmica, levantada por outros intelectuais do Equador, sobre as concepções de plurinacionalidade e interculturalidade, “num contexto político tão conflitivo e em plena intensificação das dinâmicas extrativas”. Para o autor, “el problema de fondo y aquello que debe ser criticado es, precisamente, el formato liberal del Estado, de la política y de la sociedad en el contexto de una acumulación del capital signada por la preeminencia del capital financiero. Quizá la conclusión más importante que puede realizarse luego de la declaratoria de plurinacionalidad del Estado en Ecuador y en Bolivia es que ese concepto, al parecer, resulta incompatible con el formato liberal de la política y la acumulación capitalista”.

O artigo de Agripino Coelho Neto, “Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder” retoma o debate fundamental sobre território, às vezes tão banalizado, e considera “as diferentes matrizes interpretativas sobre o poder” que “permitem distintos aportes para pensar a territorialidade humana”, destacando também a questão das múltiplas escalas e problematizando a dicotomia material (ou funcional) e simbólico.

“Na fronteira distante: um ensaio sobre a questão agrária acriana à luz de sua formação econômica e social”, de XXX, aborda, a partir da dinâmica da “fronteira” (em suas múltiplas conotações), a projeção da questão agrária no Acre. A fronteira é vista aqui como lócus de novas possibilidades de articulação do capital e, assim, de reprodução de conflitos a partir de uma estrutura fundiária profundamente desigual e moldada dentro de processos autoritários.

Roberto Verдум e José Carlos Corrêa Ribeiro são os autores de “Arenização, silvicultura e políticas ambientais no sudoeste do Rio Grande do Sul”, um tema envolvido em grande polêmica e que incorpora práticas de diversos sujeitos sociais. A partir da constatação de que a abordagem ambiental em pauta conduz à elaboração de políticas ambientais que negligenciam o viés social, os autores propõem e discutem e uma “nova” abordagem, na linha da percepção ambiental, voltada para a construção de alternativas para as políticas de conhecimento e gestão da paisagem, com ênfase à arenização e silvicultura, que inclua o Homem enquanto sujeito.

Na sessão “Nossos Clássicos”, Breno Viotto Pedrosa nos (re)apresenta Pierre George que, apesar de sua vasta e influente obra (inclusive no Brasil), é visto pelo autor como “um ilustre desconhecido”. O artigo aqui traduzido “Varsóvia 1949: reconstrução ou nascimento de uma nova cidade?”, originalmente publicado na revista “Population”, de 1949, é uma grata revelação da importância da obra de George.

“Indicações: Livros e Autores” trata de obras que abordam o tema do espaço em sua relação com o Estado, e as resenhas deste número focalizam as obras “Cidades Rebeldes”, de David Harvey, e “Desenvolvimento Regional: críticas e visões”, de Milton Wittman e Marília Ramos.

*Os Editores*

Os pareceristas que participaram desta edição foram: Álvaro Heidrich, Flávia Martins, Flávio Rodrigues do Nascimento, Jacob Binztok, Juliana Nunes Rodrigues, Luiz Renato Vallejo, Rogério Haesbaert, Valter do Carmo Cruz.